



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

Prot. 1226/2016
23/05-14:04
Daria Anaelle
Câmara Municipal de Toledo

RELATÓRIO DE VIAGEM

Beneficiário: ☒ Vereador ☐ Diretor-Geral ☐ Servidor

Nome: SIDNEY MARCOS ZANETTI

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

1. Cidade(s) visitada: CURITIBA / PR

2. Evento realizado: Audiência Pública Contra a Renovação dos

3. Deslocamento Contratos de Pedágio no Paraná

☒ Veículo oficial ☐ Veículo próprio ☐ Aéreo ☐ Rodoviário ☐ Outros

4. Houve condução até o aeroporto:

☐ Sim, condutor: _____ ☒ Não

5. Resumo da atividade executada: Quitação do Frente Parlamentar

Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágio e
Audiência Pública para tratar do assunto

6. Período de efetivo afastamento: 15/05/2016 a 16/05/2016.

7. Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima e em anexo são verdadeiras e retratam efetivamente o cumprimento da atividade designada, para tanto, em anexo seguem relatório pormenorizado do evento e comprovantes de meu comparecimento no mesmo.

Centro Cívico Presidente Tancredo Neves

Rua Sarandi, 1049 - CEP 85900-970

Fone (45) 3379-5900 - Fax (45) 3379-5913

www.toledo.pr.leg.br

Assinatura:

A stylized, handwritten signature in black ink, featuring a large, sweeping loop and a long, horizontal stroke extending to the right.

Data: 20/05/16.

RELATÓRIO DE VIAGEM

Destino: Curitiba/PR

Local: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Evento: Audiência Pública

Data do Deslocamento: 15/05/2016 (17:15h) / Retorno 15/05/2016 / (16:40h) / Chegada 17/05/2016 (00:10h) - (Toledo – PR)

Transporte: Veículo Oficial (Toledo / Curitiba)

Data da Realização da Programação: 16 de maio de 2016.

Curitiba, 16/05/2016 – (Segunda-feira)

Chegada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às 09:45h, assinatura da lista de presença, recebimento do material de divulgação e orientação sobre a finalidade da Audiência Pública. Teve início a palestra às 11:40h.

O evento teve início às 10:20h com a formação da mesa de honra, saudação aos participantes, início dos trabalhos com o Sr. Ademir Bier, deputado estadual, presidente da Frente parlamentar contra a prorrogação dos pedágios, que agradeceu a presença de todos.

Compuseram a mesa os Deputados: Nelson Luersen, Péricles de Mello, Tercílio Turini, Marcio Pacheco, Leonaldo Paranhos, Requião Filho, José Carlos Schiavinato, Evandro Araújo, Anibelli Neto, Chico Brasileiro, Professor Lemos, Adelino Ribeiro, Gilberto Ribeiro, além do Deputado Federal Toninho Wandscheer, o Sr. Edson Campagnolo, presidente da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), Sr. Paulo Montes Luz, diretor do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Estiveram presentes também os representantes da OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), FACIAP (Federação das Associações Comerciais e Empresárias do Paraná) e demais entidades de classe, vereadores, deputados e sociedade em geral.

Na oportunidade o Deputado Estadual Ademir Bier iniciou os trabalhos falando sobre a importância do evento que visa buscar a não prorrogação antecipada do contrato de pedágios no Estado do Paraná que se finda em novembro de 2021, mas que houve uma sinalização do governador do estado em antecipar a prorrogação, motivo pelo qual criou-se a frente parlamentar.

No decorrer da audiência, alguns deputados e representantes de entidades comentaram a respeito do assunto.

O Deputado Estadual Tercílio Turini ressaltou ao afirmar que, “você tem que abrir essa discussão para toda a sociedade. O que nós pretendemos com essa frente: levar essa discussão para todo o estado do Paraná, que as pessoas opinem, que as pessoas pressionem o governo a não fazer a renovação, que esse contrato é lesivo ao estado do Paraná”.

Outro Deputado Estadual a comentar a respeito foi Marcio Pacheco, que foi enfático ao sugerir “que o Governador mande para esta casa um projeto de lei de autoria do Poder Executivo, proibindo a prorrogação dos pedágios. Não precisaria mais falar que é contrário, basta enviar um projeto de Lei demonstrando claramente à sociedade que é contrário, e aí essa prorrogação não aconteceria. Sem a vontade do Governador, é impossível acontecer a prorrogação”.

Além disso, Requião Filho afirmou que a Frente pretende encaminhar um ofício ao Ministério Público Federal (MPF) baseado na lei que trata de lavagem de dinheiro. “As obras terceirizadas das concessionárias são feitas por empresas ligadas aos donos das concessionárias e são superfaturadas. Obras superfaturadas entram na planilha e esse superfaturamento das obras serve como desculpa para aprovarmos cada vez mais

aumentos de pedágio”

O Deputado Federal Toninho Wandscheer afirma que, “a sociedade se rebelou contra os valores das tarifas de pedágio, logo na implantação dos serviços, isso mostra que esse modelo de contrato não é adequado. Gostaria de saber qual a posição do DER. Gostaria de saber se o DER é favorável ou não a prorrogação”.

Logo em seguida, o Sr. Paulo Montes Luz, diretor do DER, em uma rápida apresentação contextualizou os presentes sobre o funcionamento e área de abrangência do pedágio no Paraná e, se valendo do cargo técnico que ocupa, não opinou sobre a eficiência dos serviços ou a qualidade dos contratos.

O Sr. Edson Campagnolo, presidente da FIEP, afirmou que o pedágio no estado lesa diferentes setores. “Uma nova licitação é o que nós pretendemos, justamente, porque são contratos que não deixaram claro, exatamente, até agora, as obras. E mais do que isso, o preço praticado é lesivo à economia do Estado do Paraná”. Lembrou ainda que os preços sofrem alterações em decorrência das tarifas de pedágio, “sofremos uma concorrência ‘desleal’ com outros estados, porque o custo do pedágio no Paraná é muito elevado em relação aos outros”, concluiu.

Além disso, a Associação Brasileira de Concessionárias de Pedágio (ABCR-PR) afirma em nota que, “as comissões concluíram ser necessária a revisão dos contratos, uma vez que eles foram firmados em momento econômico desfavorável e atos unilaterais, de cunho político, modificaram o cronograma e retiraram obras. De fato o modelo adotado no Paraná é um dos pioneiros no país, quando a taxa Selic chegou a 43%. Toda e qualquer alteração contratual em concessão pública, necessariamente, é feita com as bases econômicas vigentes na ocasião”.

O objetivo da Frente Parlamentar Contra a renovação dos Pedágios nas Rodovias do Paraná é muito claro. Os deputados não são contra o pedágio nas rodovias do nosso Estado, pois é incontestável que o Estado e União não tem condições de assumir a manutenção e realizar novas obras nas estradas.

O que está em pauta são pontos específicos que devem ser observados em um novo processo licitatório, em 2021, além de maior transparência das concessionárias com relação aos valores arrecadados e aos investimentos realizados nas rodovias.

Também é inquestionável a necessidade de redução das atuais tarifas, que pesam nas costas da classe produtora do Paraná.

No contexto geral os principais pontos abordados na Audiência foram, a aprovação do projeto de lei dos deputados Douglas Fabricio e Tercílio Turini que delega aos deputados a decisão sobre as obras e aditivos dos contratos. Ou seja, todo o programa de investimentos em reformas e novas obras, além da discussão financeira sobre o contrato, passa a ser discutida pela Assembléia Legislativa e terá uma maior participação e envolvimento de todo o setor produtivo do Estado. A urgência na formação da comissão que analisa a PEC apresentada pelo Deputado Paranhos. Uma proposição de ação judicial em nome da Frente com base na tese apresentada pelo Deputado Péricles de Melo que obriga as concessionárias a basear o cálculo das novas obras com referência na tabela do DNIT e DER. As obras acordadas no contrato original e que mesmo após 19 anos foram transferidas para os últimos anos da vigência dos atuais contratos devem ser finalizadas e executadas. Faltando quatro anos para o final da vigência dos atuais contratos, poucas foram as obras que estavam acordadas que foram efetivamente executadas. As concessionárias devem, obrigatoriamente, concluir o atual contrato em sua integralidade, sob pena de serem adotadas medidas judiciais que garantem o cumprimento do acordo. A aplicação do novo modelo de concessão de rodovias brasileiras levando em conta o fluxo de veículo, valor da tarifa e obras realizadas. As atuais concessões foram as pioneiras e serviram de base, pois não existia contrato similar em vigência no País. Agora, com a experiência já adquirida, há parâmetros que devem

ser observados e levados em conta na elaboração de um novo contrato; Foi dito também que enquanto a média do valor aplicado por eixo nas rodovias do Paraná é de R\$ 9,58 a cada 100 quilômetros, em Mato Grosso do Sul é de R\$ 5,90, de acordo com o contrato firmado em março de 2014. Aqui, a concessão previu apenas 32% de duplicação nas estradas enquanto as sul mato-grossenses exigem 98% das rodovias duplicadas em no máximo cinco anos. Esses fatos deixam caro o valor abusivo praticado no Paraná e que anda na contramão das obras em execução ou executadas. O novo contrato deve deixar clara a planilha de investimentos e de duplicação das nossas rodovias e deve ter o acompanhamento do Legislativo do Estado, sob pena de cancelamento caso as cláusulas não sejam cumpridas em sua totalidade; Uma nova licitação. Com novas regras. Para defesa dos usuários e fiel cumprimento da legislação vigente. Este ponto é fundamental, pois um novo processo licitatório vai oportunizar que ocorra uma maior disputa para as concessões e irá vencer o processo quem apresentar as melhores propostas de investimentos para as rodovias. A Frente Parlamentar defende a realização de um novo processo licitatório, que deve ser discutido a partir de agora para que, em 2021, quando o atual contrato for finalizado, o processo esteja concluído; Uma nova licitação, com base nos modelos atuais, o valor do pedágio pode reduzir de forma drástica. Reduzir as tarifas é fundamental, pois irá tirar a carga da classe produtora do nosso Estado, que vem sofrendo com os prejuízos causados pelo alto valor do frete da produção. Este ponto é prioritário.

Por fim, agradeço ao Excelentíssimo Presidente Vereador Ademar Dorfschmidt, pela oportunidade de representar a Câmara Municipal de Toledo, também ao meu assessor Sr. Thiago Sheron que me acompanhou nesse evento, e deixar registrado que foi de grande importância a participação de um representante de nossa cidade num debate tão importante quanto este.

Atenciosamente



Marcos Zanetti
Vereador

Toledo, 20 de maio de 2016.